**OFÍCIO-GABINETE-132/2022**

Nova Serrana (MG), 13 de maio de 2022

Ilmo. Sr.
**Agnaldo Mendes Cordeiro**
DD. Presidente da Câmara Municipal de Nova Serrana
Rua Betsaid, 70 - São Sebastião
35.524.100 - **Nova Serrana** - MG

Prezado senhor,

Com os nossos cumprimentos ao Ilustre Presidente e distintos Pares dessa Casa Legislativa, estamos passando às mãos de V. Exa., para ser apreciado, discutido e votado, o incluso Projeto de Lei nº 049 /2022, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.", bem como a respectiva Mensagem de Encaminhamento e os anexos.

Nessa expectativa da boa acolhida ao Projeto de Lei ora apresentado, à vista das razões expostas, com as nossas cordiais saudações, firmamo-nos.

Atenciosamente,

**EUZEBIO RODRIGUES LAGO**
Prefeito Municipal

# MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

Senhores Vereadores,

Para apreciação dessa Colenda Casa de Leis, estamos encaminhando o Projeto de Lei que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências."

Este Projeto tem a finalidade de nortear as prioridades e metas da administração do Município, estabelecidas nos programas e ações que constam do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025.

Acreditamos que apesar de ser um trabalho extremamente técnico, que tem como objetivo, em primeiro momento, apresentar as metas de resultados primário e nominal, sob a ótica da responsabilidade fiscal, esculpida na lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, temos que observar que a lei de diretrizes orçamentárias – LDO - traz em seu bojo outras regras que deverão ser observadas pela Administração, tanto na elaboração quanto na execução da lei orçamentária anual.

A propósito, a Lei tem de ser balizada no Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025, lei n° 2.990, de 13 de dezembro de 2021. É neste planejamento de médio prazo que são estabelecidos os programas que estabelecem os objetivos e metas a serem alcançados e demonstra, ainda, as ações que deverão ser executadas para o alcance do que se espera.

Neste Projeto são delineadas as regras a serem seguidas na elaboração do orçamento para que seja possível evidenciar a verdadeira proposta do Executivo, na consecução da sua proposta administrativa, política e social.

Este projeto de lei apresenta as seguintes diretrizes:

**No capítulo I:**

- Aponta as diretrizes concernentes às metas e prioridades para o exercício financeiro, determina que elas sejam apresentadas na forma de anexo, da seguinte forma:

- ✓ as metas fiscais, nos termos estabelecidos pela LC 101/2000;
- ✓ os riscos fiscais que poderão surgir, nos termos estabelecidos pela LC 101/2000; e
- ✓ as metas e prioridades na programação das despesas, que terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual.

**No capítulo II:**

-Constam os conceitos e definições da estrutura orçamentária que deverão orientar a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2023.

**No capítulo III:**

-Trata da dívida pública, nela compreendida, além da dívida fundada, os precatórios devidos. Ele determina que deva ser assegurados recursos para pagamento de juros e amortização. Ademais, alude quanto à possibilidade de conter na lei orçamentária autorização para realização de operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas.

**No Capítulo IV:**

Dispõe quanto à política de pessoal. Nele encontramos a possibilidade de se conceder vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreira, etc. Norteia qual deve ser o procedimento a ser adotado, acaso as despesas com pessoal ultrapassarem os limites estabelecidos na LC 101/2000.

**No Capítulo V:**

-Dispõe sobre a estimativa da receita e as alterações na legislação tributária, com vistas à expansão das receitas tributárias.

**No Capítulo VI:**

-Estabelece que a elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária anual devem ser orientadas no sentido de se conseguir *superávit* primário. Estabelece estratégias para busca do equilíbrio, com aumento de receitas e diminuição de despesas.

**No Capítulo VII:**

-Estabelece regras para limitação de empenhos, caso as metas de resultado primário sejam comprometidas.

**No Capítulo VIII:**

-Estabelece normas a serem seguidas para consecução do controle de custos e avaliação de resultados dos programas financiados com recursos do Orçamento.

**No Capítulo IX:**

-Trata das alterações orçamentárias dando diretrizes às autorizações para abertura de créditos adicionais que poderão constar na lei orçamentária anual, conforme preceituado no art. 165, §8° da Constituição federal e art. 7° da lei 4.320/64.

**No Capítulo X:**

-Trata das condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas, privadas e para pessoas físicas.

**No Capítulo XI:**

-Trata da autorização para o Município auxiliar no custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação.

**No Capítulo XII:**

-Trata dos parâmetros para elaboração da programação financeira do cronograma mensal de desembolso.

**No Capítulo XIII**:

- Conceitua novos projetos e define critério para seu início.

**No Capítulo XIV:**

-Trata da transparência das ações e da participação popular.

**No Capítulo XV:**

-Trata das disposições gerais: estabelece regras para a dispensa de impacto orçamentário-financeiro; apresenta alternativa para execução de despesas com antevigência da lei orçamentária de 2023; estabelece regras para destinação de receitas originadas da alienação de ativos; norteia a aplicação dos recursos objeto do projeto de lei orçamentária para 2023, caso o Legislativo não o devolva para sanção até o dia 31 de dezembro de 2022.

Na elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentária utilizamos a metodologia consagrada no processo orçamentário e financeiro brasileiro, desde sua instituição pela Constituição Federal de 1988, ajustada aos preceitos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Em linhas gerais, são apresentadas as ações de desenvolvimento econômico e social do Município para 2023. Para os exercícios de 2024 e 2025, é apresentada a meta de resultados primário e nominal, ficando a apresentação de suas obras e ações prioritárias reservadas para ocasião da apresentação de suas respectivas propostas orçamentárias.

O presente projeto de Lei encontra-se adequado às exigências da LC 101, de 04 de maio de 2000, tendo em vista que traz em seu contexto os anexos de metas e de riscos fiscais, além

do de renúncia de receitas, como preceitua este regulamento, tendo sido elaborados de acordo com metodologia criada pelo Governo Federal.

Os resultados primário e nominal foram calculados utilizando-se forma e metodologia técnicas, tendo como parâmetros o índice de inflação e crescimento do PIB do Estado, divulgados pela Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Banco Central do Brasil.

O resultado primário proposto para 2023 foi obtido a partir da operação de subtração realizada entre a soma das receitas primárias e a soma das despesas primárias. Para se chegar ao resultado primário, demonstrado em anexo específico, constante do presente projeto, foram seguidas as técnicas determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, por meio de seu Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF. Vejamos:

- ✓ da receita total deduzimos as entendidas como não primárias (financeiras), em nosso caso, os rendimentos de aplicação, operação de crédito e alienação de bens;
- ✓ da despesa total deduzimos as entendidas como não primárias (financeiras), em nosso caso, os juros e amortização da dívida.

A presente proposta reflete a preocupação da Administração Municipal em planejar com a austeridade que o momento exige, observando a situação de crise vivida no País e em nosso Estado, afetando diretamente nosso Município.

Neste momento de incertezas e indecisões na projeção das receitas para 2023, tomamos como base as receitas realizadas no exercício de 2021, no período compreendido entre março e dezembro, somadas àquelas realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, no produto apurado aplicamos a inflação e crescimento do PIB Nacional. Para os exercícios de 2024 e 2025, utilizamos a mesma metodologia. Mais uma vez aplicamos a inflação e crescimento do PIB previstos para 2023 e 2024, segundo o Banco Central do Brasil, projetando assim os valores para 2024 e 2025.

Apurados os respectivos valores, promovemos a adequação necessária para equilíbrio com as despesas. Na fixação das despesas utilizamos a mesma fórmula utilizada para as receitas, corrigindo-as para adequação aos valores da receita projetada.

Quanto ao resultado nominal, diferença apurada do montante da dívida em um determinado exercício na relação com o imediatamente anterior, efetuamos sua apuração seguindo da mesma forma, o que determina a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, mediante seu Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, conforme demonstrado em anexo próprio, constante do Projeto de Lei ora apresentado. Vejamos:

- ✓ Para apurar o resultado da dívida consolidada no exercício utilizamos o seu saldo acrescido do valor de restos a pagar processados, deduzindo deste valor o ativo disponível acrescido de haveres financeiros.

Nossa determinação é manter o equilíbrio fiscal do Município, com vistas à elevação de sua capacidade de poupança e investimento, visando à movimentação de suas ações de governo, principalmente àquelas voltadas para os menos favorecidos, bem como o aumento da eficiência da máquina pública, com elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

Como dito alhures, vivemos momentos de incertezas e indecisões nas esferas de governo federal e estadual e, consequentemente, na esfera municipal as dificuldades são maiores, por não ter em sua estrutura aparato técnico de projeções e planejamento, vivendo, quase sempre, somente das ações norteadas pela esfera federal e estadual.

Nossa tarefa tem ficado cada vez mais difícil de ser cumprida, mesmo da crise inicialmente causada pela pandemia do Covid-19 e, atualmente, pela expectativa de incertezas causada pela guerra na Europa. Nunca é muito repetir: as incertezas são crescentes, se antes era difícil visualizar e planejar um amanhã com realizações, agora, podemos assim dizer, torna quase impossível.

Focado neste norte, com muita responsabilidade e compromisso, que propomos uma política de contenção de despesas correntes cada vez mais cautelosa, buscando viabilizar recursos para mantença e crescimento dos diversos serviços, principalmente aos que se referem à assistência social, à saúde e à educação, considerando que, neste momento de desemprego crescente, esses são prioritários, pois só eles são capazes de propiciar alguma tranquilidade para os nossos cidadãos mais necessitados.

De forma respeitosa, acreditando na parceria que deve reinar entre os Poderes do Município, necessária para construção dos empreendimentos propostos, bem como para crescimento da comunidade, colocamos diante desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei para apreciação, discussão e votação, contando com o habitual apoio dispensado pelos Nobres Pares aos assuntos de interesse de nossa comunidade.

Nova Serrana (MG), 12 de maio de 2022

**EUZEBIO RODRIGUES LAGO**
Prefeito Municipal

# PROJETO DE LEI Nº 049/2022

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

## DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

**Art. 1º**. Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, §2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

**I** - as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;

**II** - orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;

**III** - disposições relativas à dívida pública municipal;

**IV** - disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;

**V** - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

**VI** - equilíbrio entre receitas e despesas;

**VII** - critérios e formas de limitação de empenho;

**VIII** - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

**IX** – estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

**X** – normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

**XI** - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

**XII** - critérios para início de novos projetos;

**XIII** - critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;

**XIV** - regras para promoção de alterações orçamentárias; e

**XV** - as disposições gerais.

## CAPÍTULO I

## DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2°**. Em consonância com o art.165, §2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2023 são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2023 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social. Observada a lei do Plano Plurianual.

**§ 1°**. O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

**§ 2°**. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:

**I** - Anexo de Metas Fiscais;

**II** - Anexo de Riscos Fiscais.

**§ 3°**. O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

## CAPÍTULO II

## DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

**Art. 3°**. Para fins do disposto nesta Lei e na lei orçamentária de 2023, entende-se por:

**I** - órgão orçamentário: que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

**II** - unidade orçamentária - nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;

**III** - subunidade orçamentária - o menor nível médio da classificação institucional;

**IV** – programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

**V** – atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**VI** – projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

**VII** - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

**VIII** – produto - o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

**IX** – concedente - o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

**X** – convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

**§ 1°**. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2°**. Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

**§ 3°**. As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora.

**§ 4°**. Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

**§ 5°**. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

**§ 6°**. A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

**I** - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;

**II** - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou

**III** - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

**§ 7°**. A especificação da modalidade de que trata o §6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

**I** - transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);

**II** - transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);

**III** - transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);

**IV** - transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);

**V** - transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);

**VI** - aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90);

**VII** - aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).

**VIII** – aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

**Art. 4°**. O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

**I** - pessoal e encargos sociais;

**II** - juros e encargos da dívida;

**III** - outras despesas correntes;

**IV** - investimentos;

**V** - inversões financeiras; e

**VI** - amortização da dívida.

**Parágrafo único**. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

**Art. 5°**. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

**Art. 6°**. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

**I** - texto da lei;

**II** - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

**III** - quadros orçamentários consolidados;

**IV** - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

**V** - demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

**Parágrafo único**. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

**I** - demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

**II** - demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

**III** - demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

**IV** - demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;

**V** - demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000;

**VI** – a mensagem que deverá conter:

**a)** resumo dos valores destinados para execução de cada programa;

**b)** metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;

**c)** demonstrativo sintético das principais receitas;

**d)** resultado primário proposto; e

**e)** síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

**Art. 7°.** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2022, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

**Parágrafo único**. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

**Art. 8°**. O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3° da Lei Complementar 101/2000.

**Parágrafo único**. Deverá conter no Projeto de Lei Orçamentária, encaminhada pelo Poder Executivo Municipal, previsão do percentual 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida para efeito das emendas individuais a serem realizadas pelos membros do Poder Legislativo Municipal, conforme os parágrafos 9º, 11 e 12 do artigo 116 da Lei Orgânica.

**Art. 9°**. O Poder Legislativo encaminhará ao órgão do Poder Executivo responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2022, sua proposta orçamentária para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

**Art. 10**. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

## CAPÍTULO III
## DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

**Art. 11**. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

**§ 1°**. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

**§ 2°**. Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade se ficar comprovado que tais recursos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

**Art.12**. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

**Parágrafo único**. Serão garantidos, na lei orçamentária anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

**Art.13**. Na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

**Art. 14**. Na lei orçamentária anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001, do Senado Federal e suas alterações.

**Art. 15**. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000, bem como atendidas às exigências estabelecidas na Resolução 43/2001, do Senado Federal.

## CAPÍTULO IV

## DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL

**Art. 16.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1°, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da lei orçamentária de 2023.

**§ 1°**. Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

**§ 2°**. Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição Federal.

**§ 3°**. Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, têm como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2022.

**§ 4°**. Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

**Art. 17.** No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em *quantum* suficiente para o atendimento da despesa e ainda se existirem cargos e empregos Públicos a serem preenchidos.

**Parágrafo único**. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

**Art. 18**. Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Parágrafo único**. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas ao Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, ao Presidente da Câmara Municipal, no âmbito do Poder Legislativo e, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao respectivo representante.

## CAPÍTULO V

## DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 19**. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

**I** - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário - administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

**II** - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

**III** - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

**IV** - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

**Art. 20**. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

**I** – atualização da planta genérica de valores do Município;

**II** – procedimento do recadastramento imobiliário;

**III** - instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;

**IV** - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

**V** - revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

**VI** - revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

**VII** - revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

**VIII** - revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e

**IX** - revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais.

**Art. 21**. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, caso sejam atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

**Parágrafo único**. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

**Art. 22**. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

## CAPÍTULO VI

## DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

**Art. 23**. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar *superávit* primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

**Art. 24**. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2023 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

**Parágrafo único**. Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 25**. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

**I** - para elevação das receitas;

**a)** a implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;

**b)** atualização e informatização do cadastro imobiliário;

**c)** promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;

**d)** recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.

**II** - para redução das despesas:

**a)** normatização de rotinas e procedimentos de compras;

**b)** implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

**c)** implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados;

**d)** racionalização dos diversos serviços da administração.

**Art. 26**. Na programação da despesa não poderão:

**I** – ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;

**II** - ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

**Art. 27** Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2023.

**Parágrafo único –** A reserva de contingência prevista no *caput* terá a seguinte destinação:

**I** - 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente liquida, para atendimento das emendas individuais, conforme Parágrafo único do art.8º;

**II** - até 0,8% (oito décimos por cento) da receita corrente liquida, para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 28**. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de outubro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

**Art. 29**. Constará, ainda, no orçamento da seguridade social recursos para reserva financeira, nos termos da legislação pertinente.

## CAPÍTULO VII

## DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

**Art. 30**. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do §1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

**§ 1º**. Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:

**I** - Programa de alimentação escolar;

**II** - Despesas com saúde, relativas à:

**a)** - manutenção dos serviços de atenção básica;

**b)** - manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;

**c)** - manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);

**d)** - manutenção da vigilância em saúde.

**III** - Pessoal e encargos sociais;

**IV** - Transporte escolar; e

**V** – Sentenças Judiciais.

**§ 2°.** A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável, e encaminhada às suas diversas unidades administrativas, bem como ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

**§ 3°**. Deverá, também, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

## CAPÍTULO VIII

## DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

**Art. 31**. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

**Art. 32**. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**§ 1°**. A Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

**§ 2°**. Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

**§ 3°**. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

**§ 4°**. O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

## CAPÍTULO IX

## DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA

**Art. 33**. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

**§ 1°**. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

**§ 2°**. Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

**§ 3°**. Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 15% (quinze por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento;

**§ 4°**. Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do §3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

**Art. 34**. Além do limite estabelecido no §3°, do art. 33, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 10% (dez por cento), do valor total fixado para as despesas, com a utilização de recursos originados do *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, e recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

**§ 1°**. Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

**§ 2°**. Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

**Art. 35**. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 §2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados ao exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

## CAPÍTULO X

## DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS

**Art. 36**. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:

**I** – subvenções sociais - conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;

**II** – contribuições - as transferências realizadas para atender às despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I, às quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e

**III** – auxílios - as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

**Parágrafo único**. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

**Art. 37**. A transferência de recursos prevista no artigo 36 somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

**I** - de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:

**a)** educação especial; ou

**b)** educação básica.

**II** - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

**III** - de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:

**a)** idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

**b)** habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou

**c)** acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares.

**IV** – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

**V** – destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;

**VI** – com atuação na área de segurança pública;

**VII** – com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;

**VIII** – com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;

**IX** – com atuação na área representativa comunitária; e

**X** – com atuação nas áreas culturais e desportivas.

**Art. 38**. Sem prejuízo das disposições do artigo 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64 à entidade privada sem fins lucrativos dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão estes aplicados exclusivamente em:

**I** - aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequações físicas necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

**II** - aquisição de material permanente; e

**III** - construção, ampliação ou conclusão de obras.

**Art. 39**. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:

**I** - a regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2022;

**II** - manutenção de escrituração contábil regular;

**III** – sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

**IV** - a capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e

**V** – que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

**Art. 40.** Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

**I** - às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;

**II** - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;

**III** - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;

**IV** - aos termos de compromisso cultural referidos no §1º do art. 9º da Lei 13.018/14;

**V** - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;

**VI** – às transferências referidas no art. 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE);

**VII** - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

**a)** membros de Poder ou do Ministério Público;

**b)** dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;

**c)** pessoas jurídicas de direito público interno;

**d)** pessoas jurídicas integrantes da administração pública.

**VIII** - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

**Art. 41**. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:

**I** - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

**II** - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3° da Lei 13.019/14.

**Art. 42**. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 43**. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

**§1°.** Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

**§2°**. É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

**Art. 44**. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

**Parágrafo único**. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

**Art. 45**. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

**Parágrafo único**. No caso da transferência para o Legislativo, cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, por meio de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

## CAPÍTULO XI

## DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

**Art. 46**. A transferência de recursos consignada na lei orçamentária anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, será realizada somente em situações que fique comprovado o interesse local e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

## CAPÍTULO XII

## DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

**Art. 47**. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

**§ 1°**. A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

**§ 2°**. Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

**§ 3°**. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

## CAPÍTULO XIII

## DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

**Art. 48**. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2° desta Lei, a Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

**I** - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

**II** - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

**III** - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

**IV** – estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

**Parágrafo único**. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

## CAPÍTULO XIV

## DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

**Art. 49**. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023, deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento.

**I** - o controle social implica assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;

**II** - a transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 50**. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

**I** - elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2023, mediante regular processo de consulta; e

**II** - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, §4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

## CAPÍTULO XV

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 51**. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

**I** - as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o §3° do art. 182 da Constituição Federal;

**II** - no que tange ao seu §3°, entende-se como "despesa irrelevante" a despesa cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, de 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;

**III** - no que se refere ao disposto no seu §1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2023, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

**IV** - os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

**Art. 52**. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo único**. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

**Art. 53**. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

**Art. 54**. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 55**. Não será aprovado projeto de lei que implique aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

**Art. 56**. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

**Art. 57**. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2023, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

**Parágrafo único**. O Poder Legislativo, por meio de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

**Art. 58**. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2022, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

**I** - pessoal e encargos sociais;

**II** – pagamento do serviço da dívida;

**III** – de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e

**IV** - outras despesas correntes, de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei.

**Art. 59**. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:

**I** - demonstrativo dos riscos fiscais e providências;

**II** - memória de cálculo da projeção da dívida consolidada líquida;

**III** - demonstrativo da tabela para fixação de valores constantes;

**IV** - metas fiscais – demonstrativo das metas anuais;

**V** - demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

**VI** – demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três últimos exercícios;

**VII** - demonstrativo da evolução do patrimônio líquido;

**VIII** - demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

**IX** – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;

**X** - demonstrativo da memória de cálculo da projeção da receita para o período de 2023 a 2025;

**XI** - demonstrativo das variações previstas no quadro de pessoal;

**XII** - demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

**XIII** - demonstrativo da memória de cálculo da projeção da despesa para o período de 2023 a 2025;

**XIV** – demonstrativo das prioridades e metas para o exercício de 2023; e

**XV** – anexo de metodologia e premissas utilizadas.

**Art. 60**. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Serrana (MG), 12 de maio de 2022

**EUZEBIO RODRIGUES LAGO**
Prefeito Municipal

# ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

# EXERCÍCIO DE 2023

***Quadro 1** - Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção*

Originados de publicações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no que se referre aos índices apurados; pelo Banco Central do Brasil, no que diz respeito aos índices de previsão; e Fundação João Pinheiro, por cálculo econômico concernente à publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

Demonstra os fatores para cálculo dos valores constantes, que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

***Quadro 2** - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita*

Retrata o crescimento/ redução diferenciado de determinadas receitas, no contexto utilizado para cálculo das demais.

Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é adotada a metodologia de projetar o exercício de sua elaboração a partir do exercício anterior (abril a dezembro de 2021) e da arrecadação efetivamente realizada no período transcorrido nos meses de janeiro e março (2022), ou seja, ele aplica às receitas efetivamente realizadas os coeficientes constantes do Relatório de Índices Oficiais e Fatores de Projeção.

***Quadro 3** - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Despesa*

Estabelece fatores a serem aplicados sobre o valor de determinada despesa segundo o critério utilizado, demonstrado na memória de cálculo das despesas.

Os fatores são fixados a partir de decisão gerencial, ou para atendimento de limites estabelecidos em lei, para adequação do valor total das despesas aos valores projetados para receita.

**ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO**

**EXERCÍCIO DE 2023**

***Quadro 4*** *- Memória de Cálculo da Receita*

O quadro demonstra:

- ✓ A receita efetivamente realizada nos exercícios de 2019, 2020 e 2021;
- ✓ A receita projetada para 2022, tendo por base a receita efetivamente realizada no período compreendido entre abril a dezembro de 2021, somada às receitas efetivamente realizada nos meses janeiro a março de 2022, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescida da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2022, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico-Adequação da Receita;
- ✓ Projeção da receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 realizada partir da receita projetada para 2022, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita; e
- ✓ Avaliação do percentual de crescimento/redução da receita, realizada a partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

***Quadro 5*** *- Memória de Cálculo da Despesa*

O quadro demonstra:

- ✓ A despesa efetivamente realizada nos exercícios de 2019, 2020 e 2021;

a despesa projetada para 2022, tendo por base a despesa efetivamente realizada no período compreendido entre abril a dezembro de 2021, somada às despesas realizadas nos meses

janeiro a março de 2022, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescida da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2022, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 3-*Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*

**ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO**

**EXERCÍCIO DE 2023**

- ✓ Projeção da despesa para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, realizada a partir da despesa projetada para 2022, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado Quadro 3 - *Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*

- ✓ Avaliação do percentual de crescimento/redução da despesa, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

***Quadro 6*** *- Meta Fiscal – Resultado Nominal*

*(LC 101, art. 4º, § 2º, inciso II)*

O quadro demonstra a Dívida Consolidada Líquida e o Resultado Nominal realizados, projetando os mesmos com a seguinte metodologia:

- ✓ Para 2022: Dívida Consolidada de 2021, menos amortização do exercício de 2022, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

- ✓ Para 2023: Dívida Consolidada de 2022, menos amortização do Exercício de 2023, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

- ✓ Para 2024: Dívida Consolidada de 2023 menos amortização do Exercício de 2024, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção; e

- ✓ Para 2025 Dívida Consolidada de 2024, menos amortização do exercício de 2025, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório

**ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO –**

**EXERCÍCIO DE 2023**

Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

***Quadro 7** - Anexo de Metas Anuais*

*AMF – Demonstrativo I (LC 101, art. 4º, § 1º)*

Apresenta as metas fiscais anuais, com propostas de resultados primário e nominal, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores constantes do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, para os três exercícios subsequentes ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

***Quadro 8** - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício*

*AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)*

Apresenta avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da lei de diretrizes orçamentária - LDO.

O resultado primário é apresentado na relação das receitas primárias e despesas primárias, nos valores previstos e efetivamente realizados. Da mesma forma é apresentado o valor da dívida consolidada, dívida consolidada líquida, e o resultado nominal. Por fim demonstra Produto Interno Bruto - PIB estadual previsto e realizado.

***Quadro 9** - Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios*

*AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)*

Apresenta as metas de resultados primário e nominal anuais, propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

# ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

# EXERCÍCIO DE 2023

***Quadro 10** - Evolução do Patrimônio Líquido*

*AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)*

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos, do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Nos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

***Quadro 11** - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos*
*AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)*

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, bem como os valores destes recursos que foram aplicados em cada um deste exercício e, ainda, o saldo financeiro a ser aplicado no exercício seguinte.

***Quadro 12** - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências*
*ARF (LC 101, art 4º, § 3º)*

Demonstra os eventos que poderão impactar negativamente as contas públicas, e as providências a serem tomadas caso os mesmos se concretizem.

***Quadro 13** - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC*
*AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)*

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, que conforme definição do caput do art. 17 da LC 101/2000, são entendidas como obrigatórias de caráter continuado. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

***Quadro 14** - Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)*

Demonstra a movimentação no Quadro de Pessoal, originadas da criação e extinção de cargos no exercício para o qual está sendo estabelecidas as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária anual.

**ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO**

**EXERCÍCIO DE 2023**

Neste anexo são demonstrados os valores dos cargos existentes, somados aos valores dos cargos criados, deduzidos os valores dos cargos extintos, e o produto desta variação em termos quantitativos e de valores.

***Quadro 15*** *- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita*

*AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)*

Demonstra os incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios para determinados setores, que promovam o tratamento diferenciado, de forma a caracterizar a renúncia de receitas, sob a ótica da LC 101/2000.

Neste anexo é apresentada, conforme estabelecido no art. 14 da LC 101/2000, nos termos dos incisos I e II, a compensação para a renúncia definida acima.